



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31/12/2021

## SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO

SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - CNPJ: 71.698.674/0001-50

BALANÇO PATRIMONIAL em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		<b>774.796.305,17</b>	<b>545.270.481,07</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>5.536.954,80</b>	<b>5.777.799,09</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>762.944.419,06</b>	<b>531.034.589,61</b>
Relações Interfinanceiras		219.798.934,07	152.376.905,81
Centralização Financeira	4	219.798.934,07	152.376.905,81
Operações de Crédito	5	537.097.009,70	374.115.831,60
Outros Ativos Financeiros	6	6.048.475,29	4.541.852,20
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(23.670.192,05)</b>	<b>(20.400.777,33)</b>
(-) Operações de Crédito	5.e	(22.251.872,63)	(19.743.126,53)
(-) Outras	6.1.a	(1.418.319,42)	(657.650,80)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>7</b>	<b>1.141.359,55</b>	<b>716.800,56</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>8</b>	<b>6.904.484,88</b>	<b>7.127.162,84</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9</b>	<b>12.860.508,01</b>	<b>11.327.844,18</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>10</b>	<b>14.420.378,65</b>	<b>14.568.697,28</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>11</b>	<b>132.327,87</b>	<b>104.367,87</b>
<b>(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>10 e 11</b>	<b>(5.473.935,60)</b>	<b>(4.986.003,03)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>774.796.305,17</b>	<b>545.270.481,07</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>774.796.305,17</b>	<b>545.270.481,07</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>12</b>	<b>616.300.909,27</b>	<b>435.670.512,07</b>
Depósitos à Vista	12.a	146.339.101,57	108.178.925,70
Depósitos Sob Aviso		1.803.129,75	2.283.589,34
Depósitos à Prazo	12.b	468.158.677,95	325.207.997,03
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>58.236.884,43</b>	<b>39.267.861,94</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	31.808.220,50	8.962.131,24
Relações Interfinanceiras		25.556.224,64	29.505.123,95
Repasses Interfinanceiros	14	25.556.224,64	29.505.123,95
Outros Passivos Financeiros	15	872.439,29	800.606,75
<b>PROVISÕES</b>	<b>17</b>	<b>2.440.920,21</b>	<b>1.601.254,68</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>18</b>	<b>1.043.434,29</b>	<b>838.184,69</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>19</b>	<b>10.590.108,87</b>	<b>6.396.957,68</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>	<b>86.184.048,10</b>	<b>61.495.710,01</b>
CAPITAL SOCIAL	20.a	72.699.450,88	55.798.868,77
RESERVAS DE SOBRAS		9.255.126,35	5.927.223,27
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.c	4.229.470,87	(230.382,03)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>774.796.305,17</b>	<b>545.270.481,07</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB UNIMAI MANTIQUEIRA - CNPJ: 71.698.674/0001-50  
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>50.479.679,54</b>	<b>84.525.214,29</b>	<b>57.905.063,13</b>
Operações de Crédito	23	43.007.912,15	74.548.451,06	54.247.794,21
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	35	7.471.767,39	9.976.763,23	3.657.268,92
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24</b>	<b>(25.521.684,16)</b>	<b>(37.106.393,47)</b>	<b>(21.427.698,86)</b>
Operações de Captação no Mercado		(15.286.384,65)	(20.565.561,66)	(7.914.513,03)
Operações de Empréstimos e Repasses		(925.910,60)	(1.416.697,46)	(238.023,42)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(9.309.388,91)	(15.124.134,35)	(13.275.162,41)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>24.957.995,38</b>	<b>47.418.820,82</b>	<b>36.477.364,27</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(15.717.123,83)</b>	<b>(29.606.617,97)</b>	<b>(25.619.987,25)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	6.804.076,54	12.516.308,05	8.953.493,49
Rendas de Tarifas	26	1.783.215,30	3.319.881,23	3.316.905,59
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(11.323.695,53)	(21.819.763,33)	(19.919.696,59)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(12.843.834,65)	(23.017.895,97)	(17.537.900,85)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(530.101,92)	(948.968,32)	(776.771,09)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	2.475.580,37	3.996.930,16	3.137.873,43
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(2.082.363,94)	(3.653.109,79)	(2.793.891,23)
<b>PROVISÕES</b>	<b>31</b>	<b>(621.148,51)</b>	<b>(839.053,32)</b>	<b>(183.193,66)</b>
Provisões/Reversões para Contingências		(253.844,14)	(267.844,14)	(32.420,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(367.304,37)	(571.209,18)	(150.773,66)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>8.619.723,04</b>	<b>16.973.149,53</b>	<b>10.674.183,36</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>32</b>	<b>(1.138.177,35)</b>	<b>964.323,76</b>	<b>(6.656.085,80)</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		41.093,00	2.747.866,47	50,61
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(198.962,18)	(462.223,67)	(5.788.164,62)
Ganhos de Capital		100,15	1.959,87	45,44
Rendas de Aluguel		700,00	4.200,00	7.700,00
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	107.540,61	-
Outras Rendas Não Operacionais		58.815,20	90.242,94	9.662,82
(-) Perdas de Capital		(214.333,55)	(214.333,59)	-
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(376.738,33)	(633.384,59)	(717.434,56)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(448.851,64)	(677.544,28)	(167.945,49)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>7.481.545,69</b>	<b>17.937.473,29</b>	<b>4.018.097,56</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>101.621,39</b>	<b>(974.099,87)</b>	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		122.109,70	(552.944,24)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(20.488,31)	(421.155,63)	-
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(2.471.000,00)</b>	<b>(2.951.000,00)</b>	<b>(957.938,36)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>5.112.167,08</b>	<b>14.012.373,42</b>	<b>3.060.159,20</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	<b>22</b>	<b>(2.138.037,89)</b>	<b>(2.919.363,16)</b>	<b>(1.336.203,46)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>2.974.129,19</b>	<b>11.093.010,26</b>	<b>1.723.955,74</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SICOOB UNIMAIAS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO

SICOOB UNIMAIAS MANTIQUEIRA - CNPJ: 71.698.674/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>7.481.545,69</b>	<b>17.937.473,29</b>	<b>4.018.097,56</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(532.663,83)	(532.663,83)	(228.103,10)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(92.428,36)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		9.309.388,91	15.124.134,35	13.275.162,41
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		367.304,37	571.209,18	150.773,66
Provisões/Reversões Não Operacionais		376.738,33	525.843,98	717.434,56
Provisões/Reversões para Contingências		253.844,14	267.844,14	32.420,00
Atualização de Depósitos em Garantia		(32.799,62)	(32.799,62)	(4.950,99)
Depreciações e Amortizações		820.649,89	1.550.618,03	1.018.415,56
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>		<b>18.044.007,88</b>	<b>35.319.231,16</b>	<b>18.979.249,66</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>				
Operações de Crédito		(96.552.228,04)	(173.917.848,81)	(128.563.817,54)
Outros Ativos Financeiros		(1.711.066,64)	(2.391.872,39)	160.288,95
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		617.210,12	(424.558,99)	(715.186,89)
Outros Ativos		693.573,23	(303.166,02)	7.212.570,43
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos à Vista		15.166.255,02	38.160.175,87	49.507.681,39
Depósitos sob Aviso		(349.696,32)	(480.459,59)	(59.009,50)
Depósitos à Prazo		64.729.881,33	142.950.680,92	112.102.095,39
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		14.334.500,88	22.846.089,26	8.962.131,24
Relações Interfinanceiras		(2.840.368,60)	(3.948.899,31)	29.505.123,95
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	(14.000.000,00)
Outros Passivos Financeiros		(126.007,15)	71.832,54	(362.987,37)
Provisões		(14.702,42)	612,21	(614.895,40)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(708.729,68)	205.249,60	(531.484,10)
Outros Passivos		(5.173.978,16)	(1.677.211,97)	(1.413.961,91)
FATES - Atos Cooperativos		(554.650,51)	(554.650,51)	(86.197,79)
Outras Destinações		-	-	1.158.074,79
Imposto de Renda		122.109,70	(552.944,24)	-
Contribuição Social		(20.488,31)	(421.155,63)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>5.655.622,33</b>	<b>54.881.104,10</b>	<b>81.239.675,30</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Distribuição de Sobras da Central		-	92.428,36	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		532.663,83	532.663,83	228.103,10
Aquisição de Intangível		(27.960,00)	(27.960,00)	(6.430,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(997.801,49)	(914.366,83)	(3.123.657,44)
Aquisição de Investimentos		(532.663,83)	(1.532.663,83)	(3.651.489,90)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>		<b>(1.025.761,49)</b>	<b>(1.849.898,47)</b>	<b>(6.553.474,24)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital		6.523.661,59	16.754.876,70	13.969.314,39
Devolução de Capital à Cooperados		(1.722.618,94)	(4.772.683,74)	(3.828.269,62)
Estorno de Capital		(789,48)	(989,48)	(500,00)
Distribuição de sobras para associados		-	(876.234,96)	(1.618.373,29)

Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.865.944,90	2.865.944,90	1.297.950,92
Reversões de Fundos	144.031,68	144.031,68	-
Outros Eventos/Reservas	17.778,79	35.033,24	(743.304,06)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>7.828.008,54</b>	<b>14.149.978,34</b>	<b>9.076.818,34</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>12.457.869,38</b>	<b>67.181.183,97</b>	<b>83.763.019,40</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	212.878.019,49	158.154.704,90	74.391.685,50
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	225.335.888,87	225.335.888,87	158.154.704,90
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>12.457.869,38</b>	<b>67.181.183,97</b>	<b>83.763.019,40</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

## SICOOB UNIMAIIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO

SICOOB UNIMAIIS MANTIQUEIRA - CNPJ: 71.698.674/0001-50  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		45.867.547,14	(2.192.898,14)	5.464.571,66	2.255.812,66	(1.771.974,39)	49.623.058,93
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	1.158.074,79	1.158.074,79
Distribuição de sobras para associados		685.724,08	0,00	0,00	0,00	(2.304.097,37)	(1.618.373,29)
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(743.304,06)</b>	<b>(743.304,06)</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		22.238.709,10	(8.269.394,71)	0,00	0,00	0,00	13.969.314,39
Por Devolução ( - )		(3.828.269,62)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.828.269,62)
Estorno de Capital		(500,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(500,00)
<b>Reversões de Reservas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(54.535,11)</b>	<b>(2.255.812,66)</b>	<b>2.310.347,77</b>	<b>0,00</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.060.159,20</b>	<b>3.060.159,20</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.336.203,46)	(1.336.203,46)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.297.950,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.297.950,92
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>	<b>20.d</b>						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	517.186,72	0,00	(517.186,72)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(86.197,79)	(86.197,79)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>66.261.161,62</b>	<b>(10.462.292,85)</b>	<b>5.927.223,27</b>	<b>0,00</b>	<b>(230.382,03)</b>	<b>61.495.710,01</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>66.261.161,62</b>	<b>(10.462.292,85)</b>	<b>5.927.223,27</b>	<b>0,00</b>	<b>(230.382,03)</b>	<b>61.495.710,01</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>536.283,55</b>	<b>536.283,55</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	(501.250,31)	(501.250,31)
Distribuição de sobras para associados	20.c	2.053.433,73	0,00	0,00	0,00	(2.929.668,69)	(876.234,96)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		17.482.324,54	(727.447,84)	0,00	0,00	0,00	16.754.876,70
Por Devolução ( - )		(4.772.683,74)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.772.683,74)
Estorno de Capital		(989,48)	0,00	0,00	0,00	0,00	(989,48)
<b>Reversões de Fundos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144.031,68</b>	<b>144.031,68</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.012.373,42</b>	<b>14.012.373,42</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(2.919.363,16)	(2.919.363,16)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.865.944,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865.944,90
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>	<b>20.d</b>						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	3.327.903,08	0,00	(3.327.903,08)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(554.650,51)	(554.650,51)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>20</b>	<b>83.889.191,57</b>	<b>(11.189.740,69)</b>	<b>9.255.126,35</b>	<b>0,00</b>	<b>4.229.470,87</b>	<b>86.184.048,10</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>		<b>76.553.126,50</b>	<b>(11.519.873,69)</b>	<b>5.927.223,27</b>	<b>0,00</b>	<b>4.976.084,80</b>	<b>75.936.560,88</b>
<b>Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.778,79</b>	<b>17.778,79</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		6.193.528,59	330.133,00	0,00	0,00	0,00	6.523.661,59
Por Devolução ( - )		(1.722.618,94)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.722.618,94)
Estorno de Capital		(789,48)	0,00	0,00	0,00	0,00	(789,48)
<b>Reversões de Fundos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144.031,68</b>	<b>144.031,68</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.112.167,08</b>	<b>5.112.167,08</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(2.138.037,89)	(2.138.037,89)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.865.944,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865.944,90
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>	<b>20.d</b>						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	3.327.903,08	0,00	(3.327.903,08)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(554.650,51)	(554.650,51)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>20</b>	<b>83.889.191,57</b>	<b>(11.189.740,69)</b>	<b>9.255.126,35</b>	<b>0,00</b>	<b>4.229.470,87</b>	<b>86.184.048,10</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO****SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - CNPJ: 71.698.674/0001-50  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em Reais**

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		5.112.167,08	14.012.373,42	3.060.159,20
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		5.112.167,08	14.012.373,42	3.060.159,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

#### **1. Contexto Operacional**

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **11/03/1993**, filiada à **CCECM SICOOB UNIMAIS – SICOOB UNIMAIS** e componente do CENTRO COOPERATIVO SICOOB (CCS), em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em 06/04/2021 houve alteração da razão social da Cooperativa, aprovada por Assembleia Geral, e até essa data era denominada **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO**.

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, sediado à **PRAÇA HOLANDA, N° 80, JARDIM DAS NAÇÕES, TAUBATÉ - SP**, possui **19** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, TAUBATÉ - SP, CAMPOS DO JORDÃO - SP, PINDAMONHANGABA - SP, ARARAS - SP, LEME - SP, CONCHAL - SP, PIRASSUNUNGA - SP, LIMEIRA - SP, PORTO FERREIRA - SP, BAURU - SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, ARAÇATUBA - SP, JACAREÍ - SP, GUARATINGUETÁ - SP, MARÍLIA - SP, CARAGUATATUBA - SP.**

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os



pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## **2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de ação para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou as medidas necessárias, seguindo rigorosamente os protocolos da ANS, para resguardar os seus empregados e associados, bem como para ajudar a conter a pandemia.

## **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira**

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### **e) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **k) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **l) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### **n) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **o) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **p) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **r) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **s) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **t) Segregação em Circulante e Não Circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **u) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

#### **x) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	5.536.954,80	5.777.799,09
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	219.798.934,07	152.376.905,81
<b>TOTAL</b>	<b>225.335.888,87</b>	<b>158.154.704,90</b>

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB UNIMAIS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	7.471.767,39	9.976.763,23	3.657.268,92

#### 5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	203.005.420,69	280.857.492,96	483.862.913,65	121.805.472,51	218.094.244,95	339.899.717,46
Financiamentos	15.674.590,10	32.737.822,09	48.412.412,19	11.363.487,28	22.852.626,86	34.216.114,14
Financiamentos Rurais	937.228,87	3.884.454,99	4.821.683,86	-	-	-
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>219.617.239,66</b>	<b>317.479.770,04</b>	<b>537.097.009,70</b>	<b>133.168.959,79</b>	<b>240.946.871,81</b>	<b>374.115.831,60</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.222.201,77)	(10.029.670,86)	(22.251.872,63)	(9.720.135,86)	(10.022.990,67)	(19.743.126,53)
<b>TOTAL</b>	<b>207.395.037,89</b>	<b>307.450.099,18</b>	<b>514.845.137,07</b>	<b>123.448.823,93</b>	<b>230.923.881,14</b>	<b>354.372.705,07</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	56.132.631,71	1.757.528,07	-	57.890.159,78	-	27.335.224,52	-
A 0,5% Normal	118.299.208,37	7.502.876,34	3.585.877,46	129.387.962,17	(646.939,81)	104.872.519,26	(524.362,60)
B 1% Normal	147.860.234,00	16.090.084,02	-	163.950.318,02	(1.639.503,18)	113.095.070,08	(1.130.950,70)
B 1% Vencidas	527.409,83	474.080,61	-	1.001.490,44	(10.014,90)	147.995,55	(1.479,96)
C 3% Normal	117.227.315,29	19.948.326,33	1.235.806,40	138.411.448,02	(4.152.343,44)	91.151.549,39	(2.734.546,48)
C 3% Vencidas	3.256.614,89	379.857,21	-	3.636.472,10	(109.094,16)	1.310.075,90	(39.302,28)
D 10% Normal	12.754.872,03	1.249.501,92	-	14.004.373,95	(1.400.437,40)	10.790.285,45	(1.079.028,55)
D 10% Vencidas	7.817.114,27	199.218,82	-	8.016.333,09	(801.633,31)	4.908.962,00	(490.896,20)
E 30% Normal	2.286.880,64	106.285,00	-	2.393.165,64	(717.949,69)	3.262.584,29	(978.775,29)
E 30% Vencidas	3.282.306,36	14.732,06	-	3.297.038,42	(989.111,53)	3.737.405,32	(1.121.221,60)
F 50% Normal	1.376.574,75	28.415,06	-	1.404.989,81	(702.494,91)	1.320.089,66	(660.044,83)
F 50% Vencidas	3.632.502,62	61.007,63	-	3.693.510,25	(1.846.755,13)	1.494.774,82	(747.387,41)
G 70% Normal	586.605,29	-	-	586.605,29	(410.623,70)	545.945,53	(382.161,87)
G 70% Vencidas	1.937.312,19	56.600,34	-	1.993.912,53	(1.395.741,28)	967.941,18	(677.560,11)
H 100% Normal	936.965,12	23.169,00	-	960.134,12	(960.134,12)	538.667,22	(538.667,22)
H 100% Vencidas	5.948.366,29	520.729,78	-	6.469.096,07	(6.469.096,07)	8.636.741,43	(8.636.741,43)
<b>Total Normal</b>	<b>457.461.287,20</b>	<b>46.706.185,74</b>	<b>4.821.683,86</b>	<b>508.989.156,80</b>	<b>(10.630.426,25)</b>	<b>352.911.935,40</b>	<b>(8.028.537,54)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>26.401.626,45</b>	<b>1.706.226,45</b>	<b>-</b>	<b>28.107.852,90</b>	<b>(11.621.446,38)</b>	<b>21.203.896,20</b>	<b>(11.714.588,99)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>483.862.913,65</b>	<b>48.412.412,19</b>	<b>4.821.683,86</b>	<b>537.097.009,70</b>	<b>(22.251.872,63)</b>	<b>374.115.831,60</b>	<b>(19.743.126,53)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(20.574.459,79)</b>	<b>(1.622.409,26)</b>	<b>(55.003,58)</b>	<b>(22.251.872,63)</b>	<b>-</b>	<b>(19.743.126,53)</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>463.288.453,86</b>	<b>46.790.002,93</b>	<b>4.766.680,28</b>	<b>514.845.137,07</b>	<b>-</b>	<b>354.372.705,07</b>	<b>-</b>

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	76.359.304,73	126.646.115,96	280.857.492,96	483.862.913,65
Financiamentos	4.359.423,28	11.315.166,82	32.737.822,09	48.412.412,19
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	937.228,87	3.884.454,99	4.821.683,86
<b>TOTAL</b>	<b>80.718.728,01</b>	<b>138.898.511,65</b>	<b>317.479.770,04</b>	<b>537.097.009,70</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	70.929.257,85	3.814.287,18	-	74.743.545,03	13,92%
Setor Privado - Indústria	17.528.853,94	82.491,92	-	17.611.345,86	3,28%
Setor Privado - Serviços	310.552.425,71	30.741.837,66	-	341.294.263,37	63,54%
Pessoa Física	79.567.984,17	13.773.795,43	4.821.683,86	98.163.463,46	18,28%
Outros	5.284.391,98	-	-	5.284.391,98	0,98%
<b>TOTAL</b>	<b>483.862.913,65</b>	<b>48.412.412,19</b>	<b>4.821.683,86</b>	<b>537.097.009,70</b>	<b>100,00%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.743.126,53</b>	<b>14.365.826,30</b>
Constituições/Reversões no período	13.445.439,78	12.523.441,36
Transferência para prejuízo no período	(10.936.693,68)	(7.146.141,13)
<b>Saldo Final</b>	<b>22.251.872,63</b>	<b>19.743.126,53</b>

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	13.014.350,67	2,41%	10.211.798,14	2,73%
10 Maiores Devedores	84.730.742,60	15,69%	50.481.488,94	13,48%
50 Maiores Devedores	215.955.146,70	39,98%	137.323.863,44	36,66%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>35.696.570,49</b>	<b>32.214.821,60</b>
Valor das operações transferidas no período	11.854.719,63	7.566.183,79
Valor das operações recuperadas no período	(3.121.521,01)	(1.877.658,97)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.949.692,33)	(2.206.775,93)
<b>Saldo Final</b>	<b>41.480.076,78</b>	<b>35.696.570,49</b>

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito".

h) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 64.462.053,05**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.897.974,56	-	725.164,72

Rendas a Receber (b)	616.433,51	-	366.517,41
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.110.921,51	636.422,82	1.750.166,90
Títulos e Créditos a Receber (d)	109.563,51	-	83.728,87
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	1.677.159,38	1.616.274,30
<b>TOTAL</b>	<b>3.734.893,09</b>	<b>2.313.582,20</b>	<b>4.541.852,20</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICCOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 114.365,80), Rendas de Cartões (R\$ 418.693,89) e outros (R\$ 83.373,82);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 109.563,51);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 204.144,12) e IRPJ (R\$ 849.013,75), trabalhistas (R\$ 31.737,82) e outros (R\$ 592.263,69).

#### 6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.390.842,17)	-	(636.799,97)	-
Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(17.153,77)	(10.323,48)	(9.698,33)	(11.152,50)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.407.995,94)</b>	<b>(10.323,48)</b>	<b>(646.498,30)</b>	<b>(11.152,50)</b>

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	-	220.000,00	220.000,00	-	-	-
A 0,5% Normal	-	204.500,00	204.500,00	(1.022,50)	922.166,90	(4.610,83)
B 1% Normal	-	661.528,87	661.528,87	(6.615,29)	430.000,00	(4.300,00)
C 3% Normal	-	661.315,46	661.315,46	(19.839,46)	286.000,00	(8.580,00)
C 3% Vencidas	-	-	-	-	112.000,00	(3.360,00)
E 30% Normal	159.552,61	-	159.552,61	(47.865,78)	6.951,92	(2.085,58)
E 30% Vencidas	136.135,57	-	136.135,57	(40.840,67)	66.589,71	(19.976,91)
F 50% Normal	98.095,60	-	98.095,60	(49.047,80)	9.065,16	(4.532,58)
F 50% Vencidas	322.290,52	-	322.290,52	(161.145,26)	20.372,03	(10.186,02)
G 70% Normal	111.284,29	-	111.284,29	(77.899,00)	-	-
G 70% Vencidas	188.574,69	-	188.574,69	(132.002,38)	73.890,12	(51.723,10)
H 100% Normal	8.019,38	-	8.019,38	(8.019,38)	320,06	(320,06)
H 100% Vencidas	874.021,90	-	874.021,90	(874.021,90)	547.975,72	(547.975,72)
<b>Total Normal</b>	<b>376.951,88</b>	<b>1.747.344,33</b>	<b>2.124.296,21</b>	<b>(210.309,21)</b>	<b>1.654.504,04</b>	<b>(24.429,05)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>1.521.022,68</b>	<b>-</b>	<b>1.521.022,68</b>	<b>(1.208.010,21)</b>	<b>820.827,58</b>	<b>(633.221,75)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.897.974,56</b>	<b>1.747.344,33</b>	<b>3.645.318,89</b>	<b>(1.418.319,42)</b>	<b>2.475.331,62</b>	<b>(657.650,80)</b>



Provisões	(1.390.842,08)	(27.477,25)	(1.418.319,42)		(657.650,80)
<b>Total Líquido</b>	<b>507.132,48</b>	<b>1.719.867,08</b>	<b>2.226.999,56</b>		<b>1.817.680,84</b>

## 7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	1.141.359,55	716.800,56
<b>TOTAL</b>	<b>1.141.359,55</b>	<b>716.800,56</b>

## 8. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	109.711,17	117.463,63
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	622.064,39	238.123,27
Pagamentos a Ressarcir	-	3,42
Devedores Diversos - País (b)	129.855,08	626.108,42
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (c)	11.269.299,66	6.623.690,87
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(5.341.192,18)	-
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens (d)	-	(550.386,35)
Despesas Antecipadas (e)	114.746,76	72.159,58
<b>TOTAL</b>	<b>6.904.484,88</b>	<b>7.127.162,84</b>

(a) Saldo refere-se adiantamento de despesas diversas;

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 116.413,11), Pendências a Regularizar - **BANCO SICOOB** (R\$ 12.661,97) e diferença de caixa (R\$ 780,00);

(c) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(d) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(e) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU e IPVA.

## 9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	12.860.508,01	11.327.844,18
<b>TOTAL</b>	<b>12.860.508,01</b>	<b>11.327.844,18</b>

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB UNIMAIS**.

## 10. Imobilizado de Uso

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		686.883,97	1.261.833,68
Terrenos		-	160.127,49
Edificações	4%	-	763.304,68
Instalações	10%	88.977,30	562.714,08
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.908.344,71	3.156.765,88
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.573.500,37	2.180.145,58
Sistema de Segurança	10%	136.689,93	128.149,08
Sistema de Transporte	20%	417.515,00	304.515,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		6.608.467,37	6.051.141,81
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>14.420.378,65</b>	<b>14.568.697,28</b>
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-	(563.104,24)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(3.111,56)	(258.771,39)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.207.143,05)	(2.832.288,73)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(146.774,98)	(84.051,42)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.016.174,55)	(1.151.419,14)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(5.373.204,14)</b>	<b>(4.889.634,92)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>9.047.174,51</b>	<b>9.679.062,36</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	44.340,00	16.380,00
Outros Ativos Intangíveis	87.987,87	87.987,87
<b>Total de Intangível</b>	<b>132.327,87</b>	<b>104.367,87</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(100.731,46)	(96.368,11)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>	<b>(100.731,46)</b>	<b>(96.368,11)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31.596,41</b>	<b>7.999,76</b>

## 12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	146.339.101,57	-	108.178.925,70	-
Depósito Sob Aviso	1.803.129,75	-	2.283.589,34	-
Depósito a Prazo (b)	466.459.900,74	1.698.777,21	323.528.605,07	1.679.391,96
<b>TOTAL</b>	<b>614.602.132,06</b>	<b>1.698.777,21</b>	<b>433.991.120,11</b>	<b>1.679.391,96</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	46.518.298,23	7,23%	10.220.253,75	2,31%
10 Maiores Depositantes	121.548.370,18	18,88%	58.307.097,16	13,19%
50 Maiores Depositantes	233.740.441,65	36,32%	137.805.426,49	31,16%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(67.360,95)	(95.327,99)	(63.017,72)
Despesas de Depósitos a Prazo	(14.113.834,29)	(18.850.896,86)	(7.287.015,25)
Despesas de Depósitos Judiciais	0,00	(615,18)	0,00
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(660.390,38)	(812.875,66)	(33.334,89)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(444.799,03)	(805.845,97)	(531.145,17)
<b>TOTAL</b>	<b>(15.286.384,65)</b>	<b>(20.565.561,66)</b>	<b>(7.914.513,03)</b>

### 13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	31.808.220,50	8.962.131,24
<b>TOTAL</b>	<b>31.808.220,50</b>	<b>8.962.131,24</b>

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

### 14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituição	Contrato	Origem do recurso	Taxa	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Bancoob -	19366355	direcionados poupança rural	8,18% a.a	11/2025	1.235.806,40	0,00
Bancoob	21910473	direcionados poupança rural	10,77% a.a	09/2026	3.584.369,47	0,00
Bancoob	18038395	próprios livres	100% - CDI	08/2023	4.275.568,62	5.939.713,13
Bancoob	18672506	próprios livres	100% - CDI	09/2023	10.722.533,47	15.175.432,20
Bancoob	17961550	próprios livres	100% - CDI	07/2023	5.737.946,68	8.389.978,62
<b>TOTAL</b>					<b>25.556.224,64</b>	<b>29.505.123,95</b>

b) segregação em circulante e não circulante

Instituições	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Recursos do Bancoob	1.311.025,80	4.873.012,57	-
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(373.174,82)	(990.687,68)	-
Recursos do Bancoob - Recursos Livres	20.736.048,77	-	29.505.123,95
<b>TOTAL</b>	<b>21.673.899,75</b>	<b>3.882.324,89</b>	<b>29.505.123,95</b>

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(925.910,60)	(925.910,60)	(132.224,40)
Outras Instituições	-	(490.786,86)	(105.799,02)
<b>TOTAL</b>	<b>(925.910,60)</b>	<b>(1.416.697,46)</b>	<b>(238.023,42)</b>

## 15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	585.025,89	738.568,62
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	95.686,65	60.732,41
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	191.726,75	1.305,72
<b>TOTAL</b>	<b>872.439,29</b>	<b>800.606,75</b>

(a) Trata-se de cobrança de terceiros em trânsito (R\$ 129.773,69) e ordens de pagamento (R\$ 455.081,83) e outros (R\$ 170,37);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 189.340,90) e IOF sobre resgate de aplicações financeiras (R\$ 2.385,85).

## 16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.098.394,72	57.385,99	540.713,34	43.858,19
Provisão Para Contingências (b)	-	1.285.139,50	0,00	1.016.683,15
<b>TOTAL</b>	<b>1.098.394,72</b>	<b>1.342.525,49</b>	<b>540.713,34</b>	<b>1.060.541,34</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	51.082.171,19	32.886.801,77
<b>TOTAL</b>	<b>51.082.171,19</b>	<b>32.886.801,77</b>

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	204.144,12	204.144,12	-	202.142,71
IRPJ	66.079,64	849.013,75	18.662,79	801.596,90
Trabalhistas	458.454,62	31.737,82	248.659,38	20.087,50
Outras Contingências	556.461,12	592.263,69	749.360,98	592.447,19
<b>TOTAL</b>	<b>1.285.139,50</b>	<b>1.677.159,38</b>	<b>1.016.683,15</b>	<b>1.616.274,30</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.593.907,31, sendo R\$ 1.271.586,45 causas tributárias, R\$ 292.140,86 para trabalhistas e R\$ 30.180,00 para processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	82.897,25	78.087,39
Impostos e Contribuições sobre Salários	806.673,31	674.796,70
Outros	153.863,73	85.300,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.434,29</b>	<b>838.184,69</b>

## 19. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	4.970.874,45	2.173.290,05
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	45.813,20	19.471,94
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	3.490.424,81	3.318.010,64
Credores Diversos - Pais (c)	1.931.202,30	833.870,62
Rendas Antecipadas	151.794,11	52.314,43
<b>TOTAL</b>	<b>10.590.108,87</b>	<b>6.396.957,68</b>

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.3)	2.583.180,11	462.416,72
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.811.670,97	1.544.503,96
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	576.023,37	166.369,37

<b>TOTAL</b>	<b>4.970.874,45</b>	<b>2.173.290,05</b>
--------------	---------------------	---------------------

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e o percentual de 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 2.315.186,58) e outras despesas administrativas (R\$ 1.175.238,23);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R\$ 311.328,75), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 146.292,20), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 118.262,50), créditos de terceiros (R\$ 1.306.178,45) e outros (R\$ 49.140,40).

## 20. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	72.699.450,88	55.798.868,77
Associados	14.535	11.416

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2 de março de 2021, das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, que totalizaram R\$ 3.430.919,00, os associados deliberaram pela

integralização em R\$ 2.401.643,30 e o restante destinado para conta corrente dos cooperado no valor de R\$ 1.029.275,70.

#### d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	11.093.010,26	1.723.955,74
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>11.093.010,26</b>	<b>1.723.955,74</b>
Constituição da Reserva legal - 30%	(3.327.903,08)	(517.186,72)
Constituição do Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(554.650,51)	(86.197,79)
<b>Sobra líquida, após o cálculo das destinações</b>	<b>7.210.456,67</b>	<b>1.120.571,23</b>
Reversão - FATES (Fundo de assistência técnica, educacional e social)	144.031,68	0,00
Reversão - Fundo de Contingência	0,00	2.310.347,77
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>7.354.488,35</b>	<b>3.430.919,00</b>

#### e) Perdas Rateadas

Conforme Assembleia Geral realizada em 1 de novembro de 2017, foi deliberado o rateio das perdas entre os associados da cooperativa SICOOB UNIMAIS ANHANGUERA, incorporada em 01/11/2017, relativa ao período de 01/01/2017 à 01/11/2017, que serão pagas em 5 anos por meio de compensação com sobras de exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das perdas a serem rateadas correspondia ao montante de R\$ 3.125.017,48

Descrição	Movimentação em perdas acumuladas
Perdas acumuladas até 11/2017 da cooperativa incorporada	(4.819.375,82)
Recebimentos de rateio das perdas da cooperativa incorporada	1.694.358,34
<b>Saldo Final - Perdas Acumuladas da cooperativa incorporada</b>	<b>(3.125.017,48)</b>

## 21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)</b>	<b>12.067.110,13</b>	<b>1.723.955,74</b>
Resultado de atos com associados	(7.819.808,35)	(5.685.237,80)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(974.099,87)	-
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(5.552.187,76)	(5.299.092,55)
<b>(=) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71</b>	<b>(2.278.985,85)</b>	<b>(9.260.374,61)</b>

## 22. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual limitado 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 2.919.363,16. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 2.919.363,16, equivalente a 100% da SELIC, conforme deliberado em Ata do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2021.

## 23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	346.372,33	551.695,07	473.663,42
Rendas de Empréstimos	35.456.440,10	61.551.464,52	41.709.803,98
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.215.525,73	4.202.940,59	4.834.245,54
Rendas de Financiamentos	2.609.450,82	4.898.726,23	5.201.121,61
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	147.787,49	195.713,46	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.232.335,68	3.147.911,19	2.028.959,66
<b>TOTAL</b>	<b>43.007.912,15</b>	<b>74.548.451,06</b>	<b>54.247.794,21</b>

#### 24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(15.286.384,65)	(20.565.561,66)	(7.914.513,03)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(925.910,60)	(1.416.697,46)	(238.023,42)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	4.833.580,15	9.673.615,25	8.967.200,14
Reversões de Provisões para Outros Créditos	118.872,47	178.677,95	134.755,36
Provisões para Operações de Crédito	(13.055.122,41)	(23.119.032,06)	(21.490.641,50)
Provisões para Outros Créditos	(1.206.719,12)	(1.857.395,49)	(886.476,41)
<b>TOTAL</b>	<b>(25.521.684,16)</b>	<b>(37.106.393,47)</b>	<b>(21.427.698,86)</b>

#### 25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.499.388,35	2.916.773,13	2.535.192,57
Rendas de Garantias Prestadas	49.764,19	89.770,32	60.247,19
Rendas de Outros Serviços	5.254.924,00	9.509.764,60	6.358.062,73
<b>TOTAL</b>	<b>6.804.076,54</b>	<b>12.516.308,05</b>	<b>8.953.502,49</b>

#### 26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	3.444,84	4.365,54	2.207,70
Rendas de Serviços Prioritários - PF	234.753,95	431.169,55	478.353,09
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	840,00	1.590,00	1.680,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.544.176,51	2.882.756,14	2.834.664,80
<b>TOTAL</b>	<b>1.783.215,30</b>	<b>3.319.881,23</b>	<b>3.316.905,59</b>

#### 27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(49.447,44)	(98.099,40)	(92.557,20)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho Administração	(1.086.900,08)	(1.950.407,78)	(997.826,08)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.128.273,23)	(3.959.649,41)	(3.883.444,50)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.210.146,98)	(4.391.141,03)	(4.134.815,83)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.831.143,97)	(11.392.599,62)	(10.781.847,20)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.350,00)	(9.368,06)	(5.419,50)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(11.433,83)	(18.498,03)	(23.786,28)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.323.695,53)</b>	<b>(21.819.763,33)</b>	<b>(19.919.696,59)</b>

#### 28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(125.865,67)	(273.521,93)	(301.060,53)
Despesas de Aluguéis	(1.348.648,60)	(2.496.776,16)	(1.884.500,47)
Despesas de Comunicações	(587.158,21)	(1.101.833,52)	(757.693,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(482.492,42)	(810.748,79)	(93.451,98)
Despesas de Material	(161.243,24)	(257.508,42)	(245.916,57)
Despesas de Processamento de Dados	(751.914,86)	(1.439.069,30)	(1.075.391,29)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(382.103,50)	(556.798,09)	(289.819,08)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(50.941,03)	(141.904,10)	(353.387,47)
Despesas de Publicações	(14.525,00)	(29.709,00)	(4.756,90)
Despesas de Seguros	(80.851,98)	(161.955,61)	(187.660,83)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.184.196,45)	(4.545.302,86)	(2.594.324,49)
Despesas de Serviços de Terceiros	(627.067,87)	(1.196.209,22)	(1.600.438,70)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(462.143,63)	(939.946,27)	(881.328,81)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(773.451,11)	(1.625.602,04)	(1.119.620,71)



Despesas de Transporte	(399.023,09)	(761.977,34)	(837.696,06)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(480,03)	(7.915,11)
Despesas de Viagem no País	(119.555,22)	(228.810,36)	(215.553,49)
Despesas de Amortização	(2.725,35)	(4.363,35)	(2.869,71)
Despesas de Depreciação	(817.924,54)	(1.546.254,68)	(1.015.545,85)
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.472.002,88)	(4.899.124,90)	(4.068.969,04)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.843.834,65)</b>	<b>(23.017.895,97)</b>	<b>(17.537.900,85)</b>

(a) O saldo e representado, substancialmente, por rateio de despesas da central (R\$ 1.467.924,98) e rateio de despesa do Sicoob Confederação (R\$ 1.897.123,64).

## 29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	132.175,39	156.262,15	473.421,03
Distribuição de sobras da central	-	92.428,36	-
Atualização depósitos judiciais	32.799,62	32.799,62	4.950,99
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	77.341,29	27.265,08
Outras rendas operacionais	174.741,26	295.953,97	170.582,34
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.603.200,27	2.809.480,94	2.233.550,89
Juros ao Capital Recebidos da Central	532.663,83	532.663,83	228.103,10
<b>TOTAL</b>	<b>2.475.580,37</b>	<b>3.996.930,16</b>	<b>3.137.873,43</b>

## 30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(0,02)	(0,02)	-
Operações de Crédito - Descontos Concedidos em Renegociações	(497.935,23)	(1.108.732,58)	(1.060.214,55)
Outras Despesas Operacionais	(1.275.059,63)	(2.027.476,50)	(1.383.416,11)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(115.420,98)	(210.717,38)	(218.505,04)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(90.543,34)	(134.501,42)	(26.285,13)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(10.927,49)	(13.252,78)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(84.220,29)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	(270,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(439,70)	(1.816,95)	(96,77)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(13.981,30)	(14.905,77)	(7.630,56)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(88.983,74)	(144.031,68)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(2.082.363,94)</b>	<b>(3.653.109,79)</b>	<b>(2.793.891,23)</b>

## 31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>(253.844,14)</b>	<b>(267.844,14)</b>	<b>(32.420,00)</b>
Provisões para Demandas Trabalhistas	(273.060,13)	(287.060,13)	(32.420,00)
Provisões para Contingências	(45.634,94)	(45.634,94)	-
Reversões de Provisões para Contingências	64.850,93	64.850,93	-
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>(367.304,37)</b>	<b>(571.209,18)</b>	<b>(150.773,66)</b>
Provisões para Garantias Prestadas	(872.279,68)	(1.466.399,39)	(760.327,18)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	504.975,31	895.190,21	609.553,52
<b>TOTAL</b>	<b>(621.148,51)</b>	<b>(839.053,32)</b>	<b>(183.193,66)</b>

## 32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	41.093,00	2.747.866,47	50,61
Ganhos de Capital	100,15	1.959,87	45,44
Ganhos de Aluguéis	700,00	4.200,00	7.700,00
Reversão de Provisões não Operacionais	-	107.540,61	-
Outras Rendas não Operacionais	58.815,20	90.242,94	9.662,82
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(198.962,18)	(462.223,67)	(5.788.164,62)
(-) Perdas de Capital	(214.333,55)	(214.333,59)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(376.738,33)	(633.384,59)	(717.434,56)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(448.851,64)	(677.544,28)	(167.945,49)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.138.177,35)</b>	<b>964.323,76</b>	<b>(6.656.085,80)</b>

### 33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

### 34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.513.350,73	0,61%	17.566,75
<b>TOTAL</b>	<b>3.513.350,73</b>	<b>0,61%</b>	<b>17.566,75</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>1.087.500,00</b>	<b>0,17%</b>	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,6682%
Aplicações Financeiras	0,1718%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	3.382.296,94	32.169,64	0,75%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	172.395,16	0,11%	0%
Depósitos a Prazo	768.844,90	0,16%	0,78%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	247.492,33	0,77%	0,67%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,41%	49,51
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,91%	133,86

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	3.388.944,38

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	57.450,62	241.343,41

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(91.962,73)	(135.256,62)	(18.511,44)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.086.900,08)	(1.950.407,78)	(997.826,08)
Honorários – Conselho fiscal	(32.964,96)	(32.964,96)	(92.557,20)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.211.827,77)</b>	<b>(2.118.629,36)</b>	<b>(1.108.894,72)</b>

### 35. Cooperativa Central

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCECM SICOOB UNIMAIS - SICOOB UNIMAIS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNIMAIS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNIMAIS**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	219.798.934,07	152.376.905,81
Ativo - Investimentos	12.860.508,01	11.327.844,18
<b>Total das Operações Ativas</b>	<b>232.659.442,08</b>	<b>163.704.749,99</b>

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB UNIMAIS**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.471.767,39	9.976.763,23	3.657.268,92
<b>Total das Receitas</b>	<b>7.471.767,39</b>	<b>9.976.763,23</b>	<b>3.657.268,92</b>
Rateio de Despesas da Central	(718.466,24)	(1.467.924,98)	(1.200.062,59)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(718.466,24)</b>	<b>(1.467.924,98)</b>	<b>(1.200.062,59)</b>

### 36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

#### 36.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

## **36.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

### **36.4 Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### **36.5 Risco Socioambiental**

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

### **36.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### **36.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:



- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 38. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	80.551.043,42	58.773.184,45
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	541.990.738,31	404.819.643,52
Índice de Basileia (mínimo 11%)	14,86%	14,51%
Imobilizado para cálculo do limite	9.047.174,51	9.679.062,36
Índice de imobilização (limite 50%)	11,23%	16,46%

### 39. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(165.322,12)	(165.322,12)
<b>TOTAL</b>	<b>(165.322,12)</b>	<b>(165.322,12)</b>

Taubaté/SP, 16 de fevereiro de 2022.

**Rogério Sunti**  
**Diretor Superintendente**

**Evandro José Grachet**  
**Diretor Adjunto Administrativo**

**Suzana Aparecida Carvalho de Oliveira**  
**Contadora - CRC/DF-020.104/O-1**

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Sicoob Unimais Mantiqueira – Cooperativa de Crédito

Taubaté - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Sicoob Unimais Mantiqueira – Cooperativa de Crédito, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniMais Mantiqueira em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2022.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1

## Carta de Responsabilidade da Administração

Taubaté/SP, 16 de fevereiro de 2022.

À  
CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

**Assunto:** Carta de representação da administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão – Sicoob Unimais Mantiqueira, referente às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão - Sicoob Unimais Mantiqueira, relativa ao exercício findo em 31/12/2021, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	Valores correspondentes	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo	774.796.305,17	545.270.481,07
Passivo	688.612.257,07	483.774.771,06
Patrimônio Líquido	86.184.048,10	61.495.710,01
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	774.796.305,17	545.270.481,07
Sobras ou Perdas do período	11.093.010,26	1.723.955,74

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião da Diretoria, datada de 31/01/2022, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

- 01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
- 02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.
- 03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
- 05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

DS  
RS

DS  


- 06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
- 07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião da Diretoria, datada de 31/01/2022, não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme resolução CMN nº 3.566, de 29/05/2008.
- 08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/renegociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
- 09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
- 12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
- 13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.
- 14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.424/15.
- 15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
- 16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
- 17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
- 18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

<b>Nome/Escritório</b>	<b>Endereço</b>	<b>OAB</b>
BARROSO, MUZZI, BARROS, GUERRA E ASSOCIADOS	Avenida Getúlio Vargas, nº 447, Pilotis, CEP: 30.112-020 Belo Horizonte/MG	
BATISTA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Avenida Dona Renata, 4580, Centro, CEP: 13.600.001 - Araras/SP	



EBRAM VILELA SOCIEDADE ADVOGADOS	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 340 -Jardim Santa Clara, CEP: 12.080-000 Taubaté/SP	
-------------------------------------	--	--

- 19- Relacionamos a seguir as empresas responsáveis pelo transporte e guarda de numerários da Cooperativa:

Nome	CNPJ
Brinks	60.860.087/0009-56
Prosegur	17.428.731/0094-34
Prosegur	17.428.731/0093-53
Blue Angels	01.566.128/0003-41
Brinks	60.860.087/0005-22
Prosegur	17.428.731/0090-00

- 20- Cooperativa não mantém relações com outras instituições financeiras, além da Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central.
- 21- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informamos que para fins de atendimento específico dos requerimentos da Resolução Nº 4.693/2018, a qual em seu art. 2º abrange como partes relacionadas todos os membros de órgãos, cadastramos em nossos sistemas informatizados também os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa e pessoas ligadas a estes, conforme as definições desta norma. Ressaltando que, dado a distinção de conceitos de partes relacionadas entre a Resolução Nº 4.693/2018 e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas recepcionado pela Resolução CMN Nº 4.818/2020, não são incluídas e divulgadas as transações com Conselho Fiscal e pessoas ligadas a estes nas notas explicativas às demonstrações contábeis geradas automaticamente por nosso sistema informatizado.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, e que listamos em anexo.

- 22- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.
- 23- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações contábeis e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
- 24- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis



- 25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.
- 26- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.
- 27- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Circular nº 3.467/09 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10, item 35.
- 28- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.
- 29- Nós lhes fornecemos:
- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.
  - Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
  - Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
  - Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão - Sicoob Unimais Mantiqueira**

DocuSigned by:

ROGÉRIO SUNTI

1F1F359C79FB47F...

Rogério Sunti

Diretor Superintendente

DocuSigned by:

Evandro José Grachet

7DCBCE00E2E4C1...

Evandro José Grachet

Diretor Adjunto Administrativo

SUZANA APARECIDA  
CARVALHO DE  
OLIVEIRA:723427141  
49

Assinado de forma digital por  
SUZANA APARECIDA  
CARVALHO DE  
OLIVEIRA:72342714149  
Dados: 2022.02.17 14:24:13  
-03'00'

Suzana Aparecida Carvalho de Oliveira  
Contadora – CRC/DF-020.104/O-1

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal do SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO, em reunião realizada no dia 03/03/2022, em observância ao disposto no artigo 163, da Lei 6404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrados em 31 de DEZEMBRO de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pelo SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO, e tendo em conta, os relatórios e pareceres das auditorias internas realizadas, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual, opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Taubaté/SP, 03 de março de 2022.

### Membros do Conselho Fiscal:

DocuSigned by:

ALZIRA APARECIDA MARCONDES

C6FA315C23D7493...

Alzira Aparecida Marcondes

DocuSigned by:

SILVIO LUIZ PIMENTEL

12651B1753AB4A9...

Silvio Luiz Pimentel

DocuSigned by:

REINALDO STEFANI NETO

4A226D57C1E74CD...

Reinaldo Stefani Neto

DocuSigned by:

FRANCISCO GERALDO AZEVEDO CARVALHO

4205CF2466EB460...

Francisco Geraldo Azevedo Carvalho

DocuSigned by:

MARCOS ELIAS MERCADANTE

D50620859D9742B...

Marcos Elias Mercadante

DocuSigned by:

SILVIA JANNUZZI SANTOS

D2D54364E610410...

Silvia Jannuzzi Santos

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

---

- Fone: 12 3625-3310
- [diretoria.mantiqueira@sicoob.com.br](mailto:diretoria.mantiqueira@sicoob.com.br)

